

## DESAFIOS PARA A CONSTRUÇÃO DE UMA AGENDA COMUM ENTRE BRASIL E EUROPA: PERCEPÇÕES ACERCA DO BRASIL NA EUROPA

*Sarah-Lea John de Sousa*<sup>1</sup>

### INTRODUÇÃO

O sistema internacional encontra-se numa fase de transformação, com mudanças estruturais profundas - especialmente visíveis desde o final da Guerra Fria, em 1989. A ordem bi-polar acabou e, durante os anos noventa, os Estados Unidos (EUA) predominaram, aparentemente, como única superpotência global. Porém, com o começo do século XXI, ficou evidente que os EUA perderam sua legitimidade e diversas potências de diferentes pesos e influência convivem num sistema internacional cada vez mais multipolar e multicêntrico.

O processo de globalização, definido por David Held como “um processo (ou uma série de processos) que inclui a transformação na organização espacial das relações e transações sociais (...) gerando fluxos transcontinentais ou interregionais e redes de atividade, interação e exercício de poder”<sup>2</sup>, acelera mais ainda as transformações do sistema internacional. Neste contexto, o papel e as funções do Estado como ator internacional estão mudando devido

---

1 Doutora em Relações Internacionais pela Universidade Complutense de Madri. Atualmente, trabalha como consultora independente em Relações Internacionais. Artigo enviado para publicação em Janeiro de 2011.

2 Held, 1999, pp. 16

à ascensão de novos atores globais e transnacionais, além de novos desafios, como por exemplo: o terrorismo, o crime organizado transnacional, as mudanças climáticas e a crise financeira. Evidentemente, estes e outros desafios globais não podem ser encarados e solucionados com políticas unilaterais, de forma que os atores internacionais precisam cooperar para encontrar enfoques e respostas comuns. Neste sentido, a globalização é um fator importante que fomenta a governança global e revaloriza o multilateralismo.

Dentro deste contexto de mudanças, o Brasil, como país emergente, está aumentando o seu poder e a sua influência no cenário global e nas temáticas internacionais importantes, como por exemplo, a proteção do meio-ambiente, o fomento da paz e da segurança, a proteção da democracia, o apoio a um sistema financeiro econômico estável e a cooperação ao desenvolvimento sustentável. Ao mesmo tempo, a União Europeia (UE) - os Estados e a Comissão -, estão procurando fortalecer e aumentar o seu papel como ator global no sistema internacional multicêntrico, no qual o multilateralismo é cada vez mais importante para poder encarar esses desafios globais.

Os países emergentes - particularmente o Brasil - que compartilham valores e ideias básicas com a Europa, são percebidos como importantes parceiros para a União Europeia, tanto nos fóruns de governança global, como na cooperação setorial concreta, por exemplo, no comércio. Portanto, o Brasil, como ator internacional, está ganhando importância no discurso público e na política exterior da Europa.

É neste cenário de mudanças que o presente artigo analisa a visão europeia sobre o recente crescimento da economia brasileira e a atuação do Brasil como um novo ator global nos fóruns importantes de governança internacional.

## A ASCENSÃO ECONÔMICA E POLÍTICA DO BRASIL NO CENÁRIO INTERNACIONAL MULTICÊNTRICO

O protagonismo do Brasil como país emergente e importante ator no cenário internacional cresceu na última década. São exemplos ilustrativos disso, as decisões tomadas por destacados órgãos esportivos, como o Comitê Olímpico Internacional (COI) e a Federação Internacional de Associações de Futebol (FIFA), de celebrar os Jogos Olímpicos de 2016 na cidade do Rio de Janeiro e o Campeonato Mundial de Futebol de 2014 no Brasil. Essas decisões

umentam, efetivamente, a presença do Brasil nos meios de comunicação internacionais, mas, sobretudo, foi o crescimento econômico em uma época de crise mundial e o aumento significativo de atuação pró-ativa e frequente nos fóruns internacionais de governança, que proporcionaram ao Brasil uma posição mais presente e influente no cenário global. Essa tendência parece que se manterá, inclusive após a mudança de administração no Brasil, já que a presidenta Dilma Rousseff, segue as linhas gerais de política internacional do seu antecessor, Luiz Inácio Lula da Silva.<sup>3</sup>

Principalmente a partir da última década, no que diz respeito à mudanças estruturais no sistema internacional, o Brasil procurou construir e consolidar sua identidade como um importante país emergente e como influente ator global com peso decisivo nos fóruns internacionais e continua trabalhando para ser percebido como tal.

Durante os anos 80 e até finais dos anos 90, o papel do Brasil no sistema internacional em geral e, sobretudo no âmbito econômico-financeiro, havia sido mais o de um “*rule taker*”, dependendo em grande medida do Fundo Monetário Internacional (FMI) e, por conseguinte, desenvolvendo suas políticas no marco das condições impostas por esta organização internacional. Entretanto, nos últimos anos, especialmente no contexto da crise financeira e econômica internacional, o Brasil emergiu como um ator global cada vez mais influente e começou a participar mais pró-ativamente, não só nas instituições internacionais oficiais, mas também em fóruns de governança como o G-20 financeiro. Além disso, de maneira distinta à maioria dos países emergentes e industrializados, o Brasil não sofreu uma grande queda do seu Produto Interno Bruto (PIB) durante a crise econômica, senão que conseguiu manter um PIB de aproximadamente 1.600 bilhões de dólares em 2009, de acordo com os dados mais atuais do FMI. Com isso, esse país emergente se colocou na posição de oitava economia do mundo, o que apoia uma atuação mais influente do Brasil, ao mesmo tempo que o país incrementa a sua visibilidade e a sua influência nos processos de decisão e de criação de regras e normas nos diferentes campos do sistema internacional.

3 A eleição de Dilma Rousseff (PT) como sucessora da administração de Lula já indica continuidade nas políticas. Especialmente no campo da política exterior, ela tem a intenção de seguir a mesma linha traçada pelo anterior presidente e uma mostra disso é que Marco Aurélio Garcia, Assessor de Política Exterior no Governo Lula, manterá a sua posição no Planalto durante a nova administração.

Além disso, a crise financeira e econômica, a forte desvalorização do Dólar e a quebra dos bancos e empresas nos EUA coincidiram com a presidência brasileira do G-20 financeiro durante a segunda metade do ano 2008. Essa situação proporcionou à potência emergente um importante protagonismo durante e depois da crise. O Brasil assumiu a liderança do debate sobre as possíveis respostas à crise econômica e financeira internacional, com isso o seu papel e influência no cenário global foram mais fortalecidos. Neste sentido, tanto o presidente brasileiro Lula como o Ministro da Fazenda, Guido Mantega, reiteraram “a proposta do fortalecimento dos países emergentes” nos fóruns de governança internacionais.

Além disso, Lula destacou numa entrevista publicada pelo jornal espanhol “El País”, em outubro de 2008, que “acabou o tempo em que as economias emergentes dependiam do FMI (...). Terminou-se uma América Latina sem voz própria”. Isso quer dizer, que o Brasil não se percebe unicamente como uma potência emergente e um ator global decisivo e importante na reestruturação do sistema internacional multicêntrico a partir da crise, mas também se auto-define como o representante e a “voz” da América Latina.

Portanto, a identidade internacional do Brasil abrange sua posição híbrida entre o Norte e o Sul e suas aspirações de ter um papel de liderança regional e global. Além disso, baseia-se também no importante desenvolvimento da economia e do sistema financeiro brasileiros, especialmente nessa primeira década do século XXI. Em 2005, o Brasil logrou livrar-se finalmente da sua dívida com o FMI, o que representa a consecução de uma autonomia importante a respeito de suas políticas econômicas e financeiras nacionais e, sobretudo, a respeito do seu papel no cenário global. Sua posição como credor com saldo líquido e sua economia relativamente estável no âmbito da crise econômico-financeira apoiam sua legitimidade como ator internacional<sup>4</sup>. Neste contexto, a visão europeia confirma a identidade do Brasil como um país emergente de grande importância no cenário global, por isso a União Europeia (UE) intensifica suas relações político-econômicas, incrementado os encontros e acordos comerciais, procurando fortalecer com isso, a parceria estratégica.

---

4 No ano 2005 o Brasil conseguiu, graças ao seu desenvolvimento econômico positivo, pagar antecipadamente a totalidade de sua dívida junto ao FMI. Desde então é um credor líquido no fundo.

## EUROPA E PAÍSES EMERGENTES

Ainda no contexto de mudanças estruturais no sistema internacional durante a última década, a UE, os Estados membros e a Comissão, tem intensificado suas relações com os países emergentes em geral. Uma mostra disso é o aumento de parcerias estratégicas entre a UE e diferentes Estados com importância internacional. Essas já não incluem simplesmente os Estados Unidos, Japão e Canadá, mas dirigem-se a países emergentes, como por exemplo Índia, Brasil e África do Sul. Atualmente, a UE tem parcerias estratégicas - que se definem como relações especiais reforçadas por acordos concretos e reuniões regulares - com um total de nove países<sup>5</sup>.

Na resolução do Conselho Europeu de 16 de setembro de 2010, essas relações especiais foram destacadas como parte essencial da política internacional europeia no mundo multicêntrico. Em termos gerais, as parcerias estratégicas entre a UE e os Estados mencionados, tem dois objetivos principais: em primeiro lugar, procuram apoiar e reforçar a governança global defendendo valores e idéias comuns no cenário internacional. Em segundo lugar, também incluem cooperações e acordos específicos em diferentes setores para fomentar, por exemplo, as relações comerciais.

De acordo com a visão europeia, a China é percebida, entre os países emergentes, claramente como parceiro de alta importância devido à sua influência crescente no sistema internacional. Embora a Europa não compartilhe a mesma base de valores e idéias sobre o sistema internacional com o emergente asiático, a China tem um papel decisivo na economia internacional e estas relações financeiras e econômicas entre a UE e a China resultam quase em uma interdependência.

O peso político, estratégico e econômico-financeiro do Brasil ainda não chega ao mesmo nível em que se encontra a China, mas, sem dúvida, está crescendo a uma velocidade importante no contexto das mudanças internacionais. Além da importância política e econômica num mundo cada vez mais multicêntrico, cabe destacar que o Brasil compartilha uma base de valores, ideias e, em muitos âmbitos, também objetivos concretos comuns com a União Europeia, os Estados membros e a Comissão. Portanto, na visão europeia, a ascen-

---

5 Os países que assinaram uma parceria estratégica com a UE são: África do Sul, Brasil, Canadá, China, Estados Unidos, Índia, Japão, México e Rússia.

são do Brasil no cenário global representa uma oportunidade importante para cooperar com o país emergente nos diferentes fóruns de governança global, assim como em setores concretos para fomentar também um papel mais decisivo e influente da Europa neste sistema internacional multicêntrico que se está formando.

## VISÃO EUROPEIA SOBRE A ASCENSÃO DO BRASIL NO CENÁRIO INTERNACIONAL

É neste contexto de valores e ideias comuns que o Brasil converteu-se, durante a última década, num importante parceiro para a Europa em diferentes campos do sistema internacional. Em primeiro lugar - e diferentemente da China e da Rússia - o Brasil também procura apoiar o multilateralismo e os fóruns de governança internacionais, tanto no âmbito econômico-financeiro como também no campo de segurança internacional e na promoção da Cooperação ao desenvolvimento.

Neste sentido, a Europa percebe o Brasil como um ator internacional importante e sobretudo, próximo à cultura e aos valores básicos europeus. Portanto, predomina na UE uma percepção positiva do Brasil como país emergente com o qual se compartilha valores como a democracia, os direitos humanos e o multilateralismo. Além disso, na Europa, se reconhece que o Brasil tem um papel destacado na sua região, América Latina. É nessa linha que se encaixa também a declaração conjunta entre a UE e o Brasil, que foi publicada como resultado da cúpula bilateral celebrada em dezembro de 2008, no Rio de Janeiro. O documento afirma que, além dos “valores e princípios compartilhados — tal como a democracia, o Estado de direito, a promoção dos direitos humanos e das liberdades fundamentais —, o Brasil e a UE, ambos consideram especialmente importante um sistema multilateral efetivo, centrado no fortalecimento das Nações Unidas fortes, como fator primordial para enfocar desafios globais”<sup>6</sup>.

Além disso, o documento estratégico da Comissão Europeia de 2007 já destacou a visão oficial na qual “o Brasil é uma democracia estável que conta com um potencial para melhorar a sua posição, uma potência política emer-

gente tanto no cenário regional como no cenário internacional, com um crescente poder econômico”<sup>7</sup>.

Seguindo essa tendência, ressalta a declaração conjunta da quarta cúpula entre o Brasil e a UE celebrada no ano 2010, que os valores e princípios comuns continuam sendo a base principal para a parceria estratégica. Este documento, mais atual, faz uma especial ênfase no compromisso conjunto de promover a paz e segurança internacionais, apoiar a democracia e os direitos humanos e o fomento de um desenvolvimento sustentável. Também foi mencionada a importância de fortalecer as Nações Unidas como órgão multilateral central no sistema internacional, de reformar essa instituição para dar mais participação e influência aos países emergentes e de refletir uma nova ordem mundial<sup>8</sup>.

Essa percepção da Comissão, que inclui também a visão dos Estados membros, é confirmada por alguns dos países europeus nas políticas bilaterais concretas. O Ministério de Cooperação da Alemanha, por exemplo, caracteriza ao Brasil oficialmente como *Ankerland* (país-âncora), no que se refere principalmente ao seu importante papel na região como fator de estabilidade e promotor da integração e do desenvolvimento regional. Além disso, durante a presidência alemã do G-8 em 2007, o Brasil foi convidado a participar no processo de *Heiligendamm* como um dos países de abertura (*outreach*). Neste contexto, a Alemanha mostrou seu alto interesse em incorporar o Brasil como potência emergente na busca de soluções e respostas aos desafios internacionais.

É importante destacar que, em termos gerais e como mostram principalmente as visões desde a UE, o Brasil conseguiu projetar-se a nível global como um país emergente que baseia seu papel internacional na região onde atua, exercendo como estabilizador e motor do desenvolvimento. Assim, a Europa está começando a explorar mais o potencial de cooperação nas diferentes áreas com o Brasil.

## A IMPORTÂNCIA ECONÔMICA DO BRASIL PARA A EUROPA

Em primeiro lugar, na Europa se reconhece que o peso econômico e financeiro do Brasil aumentou significativamente durante a última década.

7 Comissão Europeia, 2007, pp.2.

8 Comissão Europeia, 2010, pp. 2-5.

As tendências mais recentes demonstram que, apesar da crise financeira e econômica internacional, o Brasil parece ser uma das poucas economias que ainda continuam crescendo e além disso recebe fluxos importantes de capital externo.

Os acordos bilaterais econômicos e os intercâmbios comerciais entre Europa e Brasil tem aumentado durante os últimos anos. Embora o comércio com o Brasil não represente mais do que aproximadamente 2% das importações e exportações totais da UE em 2009, o país se encontra entre os 10 maiores sócios comerciais da União. Ao mesmo tempo, o mercado brasileiro representa para as empresas europeias um destino muito atrativo para investimentos em diferentes setores industriais, de serviços e da agricultura, entre outros.

Na última cúpula, em 2009, também foi enfatizado pela UE e pelo Brasil, a importância de intensificar as relações comerciais, já que a Europa é o maior investidor na América do Sul e, particularmente, no Brasil. Com esse objetivo, foram assinados vários acordos comerciais, entre estes, um acordo que se dirige à ampliação do tráfego aéreo como fundamento para aumentar os diversos tipos de fluxos e conexões entre as partes.

Além da crescente percepção do Brasil como parceiro comercial e destino de investimentos europeus, na visão da Europa, reafirma-se a importância do Brasil nos fóruns de governança global na estrutura internacional financeira e econômica. Em particular, durante os últimos anos, os diferentes atores estatais e não-estatais europeus, destacam a sua visão do Brasil como potência regional e representante da América Latina no cenário internacional,<sup>9</sup> e também como um importante ator global que influi na reorganização do Fundo Monetário Internacional e do sistema econômico pós-crise financeira. Como descrevem Hilpert e Mildner na sua análise sobre a crise financeira, na cúpula do G-20 Financeiro em Washington no ano 2008, foi mostra-

9 Por exemplo: El Público, Simone García, *Brasil – La nueva superpotencia de América*, 6 de Janeiro de 2009, Forbes, Christopher Thompsan e Steve Culp, *After G-20, Emerging-Market Banks May Inherit The Earth*, 4 de Janeiro de 2009. Disponível em: <http://www.forbes.com/2009/04/01/banks-emerging-markets-leadership-governance-g20.html>; The Wall Street Journal, Bruce Gilley, *Look to Brasilia, not Beijing*, 7 de Abril de 2009. Disponível em: <http://online.wsj.com/article/SB123912571625797593.html>; e entrevistas realizadas pela autora com representantes de embaixadas dos Estados Unidos, Bolívia, África do Sul, a Comissão Europeia e Alemanha em Brasília, entre 2007 e 2009.



do o papel importante dos países emergentes e particularmente do Brasil<sup>10</sup> na criação de uma nova ordem internacional.

Ao liderar parte das negociações e decisões no âmbito do G-20 durante os anos 2008 e 2009, o Brasil aproveitou a oportunidade para influir significativamente na criação de ideias e propostas para a reorganização do sistema internacional pós-crise financeira. Ao mesmo tempo, como destaca o Ministro da Fazenda, Guido Mantega, o Brasil não aspira a uma reinvenção total da estrutura financeira e do FMI, mas apoia as instituições existentes e o sistema da economia de mercado. O objetivo principal deste país emergente é fortalecer o multilateralismo e reformar os processos decisórios, mais especificamente, a distribuição de votos no FMI e outras instituições multilaterais.

Nessa posição, os objetivos do Brasil coincidem com as ideias europeias de incentivar o multilateralismo e apoiar as instituições existentes ao mesmo tempo que desejam reformar os procesos de decisão. Nas reuniões prévias e durante a sessão 63 da Assembléia Geral das Nações Unidas em Nova York, em Setembro de 2008, alguns representantes da UE, juntamente com o Brasil e outros chefes de governo, exigiram a criação de um organismo internacional para supervisionar e controlar o sistema financeiro e também para fortalecer o multilateralismo, garantindo uma maior participação das potências emergentes.

Ainda no âmbito da Organização Mundial do Comércio (OMC), as posições do Brasil e da UE começaram a se aproximar durante os últimos anos e a Europa percebe o país emergente cada vez mais como parceiro importante neste contexto. Tradicionalmente, existiam grandes diferenças entre a UE e os EUA, por um lado, e os países emergentes e em vias de desenvolvimento (principalmente o Brasil), por outro lado, no que se refere à liberalização do comércio de produtos agrícolas e da indústria e serviços.

Não obstante, ultimamente este antagonismo começou a diminuir, e em particular desde as reuniões em 2009, nas quais o Brasil, representado pelo Ministro Celso Amorim, se mostrou mais aberto às posições dos EUA e da UE e mais disposto a fazer sacrifícios na sua postura em relação à agricultura. Ao mesmo tempo, esta nova linha de atuação é contraditória a sua auto-definição como “advogado” dos interesses dos países em desenvolvimento, principalmente, os da América Latina. Neste entorno, o Brasil teve que encarar críticas

10 Hipert et alli, 2009, pp. 6.

importantes, por exemplo, da Argentina e da África do Sul, ao mesmo tempo em que na UE, essa atitude era percebida como uma maior aproximação ao norte e, sobretudo, à Europa.

## EUROPA E BRASIL NA ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS

Nas Nações Unidas a União Europeia percebe o Brasil como um parceiro importante, já que o país compartilha, em termos gerais, os mesmos valores e objetivos em questões como direitos humanos, democracia e multilateralismo.

Neste contexto, a Europa vê o Brasil como uma potência regional pacificadora e estabilizadora, que promove o desenvolvimento econômico sustentável na sua vizinhança. Ao mesmo tempo, o Brasil também é visto como um país que apoia uma política conciliadora e de negociação frente a conflitos regionais e internacionais. Embora, por exemplo, a atuação do Brasil no assunto nuclear com o Irã nos anos 2009/2010 tenha sido criticada, especialmente pelos Estados Unidos, a Europa manifestou na Declaração conjunta de 2010 o seu apoio à procura de uma solução pacífica e o papel de negociador principal que o Brasil assumiu juntamente com a Turquia.

Além do importante papel na região, o Brasil também é percebido como uma potência emergente no cenário global com uma influência importante na promoção da paz, segurança e estabilidade democrática. Neste sentido, a Europa considera que é importante cooperar com o Brasil e incluir a sua postura, a sua opinião e suas ideias pró-ativas nos debates internacionais. A importância da potência emergente nas questões globais também ficou marcada no processo de Heiligendamm, no qual a chanceler alemã, Ângela Merkel, incluiu o Brasil para dialogar com o G-8 sobre desafios internacionais como mudanças climáticas e promoção da paz.

Contudo, apesar dos valores comuns, no âmbito de segurança internacional o Brasil ainda não é um país prioritário para a União Europeia. É evidente que existe um importante potencial para aumentar a cooperação entre Europa e Brasil, que pode ir mais além de debates superficiais sobre o apoio ao multilateralismo e a defesa dos direitos humanos, e passar a questões mais concretas. Principalmente no caso da segurança, num sentido amplo, vinculada ao desenvolvimento sócio-econômico, a Europa deveria explorar as sinergias entre o enfoque brasileiro e os programas europeus – tema presente no diálogo político bilateral. Entretanto, nem na área estratégica nem na cúpula

de Dezembro de 2008, as questões concretas de segurança tiveram protagonismo. Estas foram mencionadas somente no contexto de apoio conjunto ao sistema multilateral das Nações Unidas.

Deve-se destacar que a tendência é que a importância do Brasil no campo da segurança internacional aumente, indo além de questões vinculadas ao desenvolvimento sócio-econômico. Neste contexto, o Brasil mostra uma crescente participação nas missões de paz das Nações Unidas. O fato de que o país esteja assumindo mais responsabilidades nesta área e aumentando a sua atuação pró-ativa é, geralmente, bem visto pela Europa, mas ainda faltam acordos mais concretos.

A liderança militar do Brasil na MINUSTAH, missão da ONU no Haiti, é percebida como um incremento importante e necessário da responsabilidade do Brasil como país emergente e ator global nas questões decisivas do mundo. Todavia, por diferentes fatores, a cooperação mais concreta entre o Brasil e a UE no campo da segurança é ainda muito limitada. Embora programas de intercâmbio comercial na indústria militar tenham sido iniciados entre diferentes Estados membros - em concreto a França - e o Brasil, no campo político a cooperação entre nos foros internacionais costuma não passar da reafirmação de alguns valores básicos comuns, como por exemplo, o multilateralismo e a defesa da democracia e dos direitos humanos.

Nestas circunstâncias, o Brasil é percebido como um sócio natural, ao apoiar o multilateralismo e o direito internacional, mas não existem acordos concretos que sirvam para uma coordenação de posições comuns a respeito de questões específicas.

Na área de cooperação internacional para o desenvolvimento, o Brasil é um ator global e, na visão europeia, um sócio importante, principalmente devido à essa semelhança nos valores básicos anteriormente mencionada. Embora o Brasil não tenha assinado a Declaração de Paris nem a Agenda de Accra como país doador, a cooperação ao desenvolvimento que essa potência emergente promove, principalmente na África e na América Latina, é complementar e não contraditória aos programas europeus.

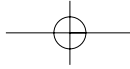
A importância do Brasil como parceiro da UE no campo do desenvolvimento internacional se mostra também nos programas de cooperação triangular que foram acordados para desenvolvimento nos próximos anos nos países de língua portuguesa e no Haiti. Para a Europa, o valor principal da cooperação triangular com o Brasil neste campo, baseia-se nas atuações do

Brasil nos países em vias de desenvolvimento com os quais compartilha experiências parecidas, uma cultura e uma língua. Essas semelhanças ajudam a desenvolver programas mais específicos para as situações locais concretas. Além das experiências domésticas na luta contra a pobreza, o Brasil também apoia e compartilha os valores básicos da UE e não é uma ameaça aos seus objetivos, mas sim, um reforço destes. Neste sentido, para a Europa, o Brasil é um sócio nesta área na qual dever-se-ia explorar mais as possibilidades de uma cooperação efetiva.

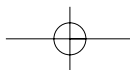
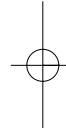
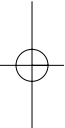
#### BRASIL E UNIÃO EUROPEIA: PARCEIROS ESTRATÉGICOS NO SÉCULO XXI

Na visão europeia, o crescimento econômico e a ascensão do Brasil no cenário global é parte da construção de uma nova ordem internacional multicêntrica, na qual o multilateralismo e a cooperação entre os Estados é cada vez mais importante para poder encarar desafios globais e transnacionais. Nem mesmo a mudança de presidente parece alterar a posição e a atuação do Brasil a nível mundial, bem como sua importância para a Europa. A atual presidenta, Dilma Rousseff, tem a intenção de manter as mesmas linhas de política exterior da administração Lula, como assim confirma o seu assessor Marco Aurélio Garcia. Portanto, não há indicações de que o potencial de cooperação entre a UE e o Brasil, em determinadas áreas, veja-se diminuído pela mudança na presidência.

No sistema internacional multicêntrico, o Brasil é um sócio natural da UE baseado em seu importante peso econômico e político e nos valores comuns. Embora continuem existindo diferenças concretas no âmbito comercial, como mostram por exemplo, as negociações na OMC e em algumas questões concretas nas Nações Unidas, o potencial de uma parceria mais sólida e desenvolvida com o Brasil é evidente. Essa oportunidade deveria ser explorada por parte da União Europeia com o objetivo de converter as relações Europa-Brasil numa parceria estratégica mais efetiva e proveitosa para ambos lados. Um exemplo disso é a área de cooperação ao desenvolvimento, na qual a UE e o Brasil deveriam explorar as sinergias entre o enfoque brasileiro, que logra promover o desenvolvimento e o crescimento sustentável, e os programas de cooperação da UE.



Para a Europa, o Brasil poderia converter-se em um parceiro fundamental no fortalecimento do papel europeu na ordem mundial multicêntrica, chegando a uma parceria mais concreta e efetiva. Além do campo da cooperação ao desenvolvimento, também o comércio, a proteção do meio-ambiente, a promoção da paz e a proteção da democracia e dos direitos humanos são áreas com um importante potencial de cooperação entre Brasil e a UE, que ainda estão por desenvolver.



## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Amorim, Celso (2007), *A diplomacia multilateral do Brasil – Um tributo a Rui Barbosa*, Fundação Alexandre de Gusmão e Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais, Brasília.

Bundesministerium für wirtschaftliche Zusammenarbeit und Entwicklung (2004), *Ankerländer – Partner für globale Entwicklung. Ein Positionspapier des BMZ*, Bonn.

Bundesregierung, *Heiligendamm Prozess*, disponível em: <http://www.bundesregierung.de/Content/DE/Artikel/G8Gipfel/2007-06-08-heiligendamm-prozess.html>.

Comissão Europeia (2008), *Second Brazil-European Union Summit: Joint Statement*, Rio de Janeiro, p.1-3.

Comissão Europeia (2007), *Brazil Country Strategy Paper 2007-2013*.

Comissão Europeia (2010), *IV Brazil-European Union Summit Joint Statement*, Brasília, Julho 2010.

El País, Fernando Gualdoni, *Entrevista: Los tiempos en los que dependíamos del FMI se acabaron*, 13.10.2008. Disponível em: [http://www.elpais.com/articulo/internacional/tiempos/dependiamos/FMI/acabaron/elpepuint/20081013elpepuint\\_12/Tes](http://www.elpais.com/articulo/internacional/tiempos/dependiamos/FMI/acabaron/elpepuint/20081013elpepuint_12/Tes).

El Público, Simone García, *Brasil – La nueva superpotencia de América*, 6 de Janeiro de 2009

European Council, *Conclusions 16 September 2010*, Disponível em: [www.consilium.europa.eu/uedocs/cms\\_data/docs/pressdata/en/ec/116547.pdf](http://www.consilium.europa.eu/uedocs/cms_data/docs/pressdata/en/ec/116547.pdf)

European Union, *Brazil*. Disponível em: [http://trade.ec.europa.eu/doclib/docs/2006/september/tradoc\\_113359.pdf](http://trade.ec.europa.eu/doclib/docs/2006/september/tradoc_113359.pdf).

Forbes, Christopher Thompsan e Steve Culp, *After G-20, Emerging-Market Banks May Inherit The Earth*, 4 de Janeiro de 2009. Disponível em: <http://www.forbes.com/2009/04/01/banks-emerging-markets-leadership-governance-g20.html>;

Fundo Monetário Internacional, *Situación financiera de Brasil*. Disponível em: [/external/np/fin/tad/exportal.aspx?memberKey1=90&date1key=2008-12-31&category=EXC](http://external/np/fin/tad/exportal.aspx?memberKey1=90&date1key=2008-12-31&category=EXC).

Grevi, Giovanni (2010), “Making EU strategic partnerships effective”, *Working Paper N° 105*, FRIDE, Madrid.

Held, David et al. (1999), *Global Transformations – Politics, Economics and Culture*, Polity Press, Cambridge.

Hipert, Hanns Günther e Mildner, Stormy (2009), „Globale Ordnungspolitik am Scheideweg“, *SWP Studie*, Stiftung Wissenschaft und Politik, Berlin.

Leininger, Julia (2009), „Think big! Future prospects of the international summit architecture – G20, G8, G5, and the Heiligendamm Dialogue Process“, *Discussion Paper*, Deutsches Institut für Entwicklungspolitik, Bonn.

Ministério da Fazenda (2008), *G20 quer nova regulação do sistema financeiro internacional*, 9 de novembro 2008. Disponível em: <http://www.fazenda.gov.br/>.

Ministério de Fazenda (2008), *G20 quer nova regulação do sistema financeiro internacional*, 9 de Novembro 2008, <http://www.fazenda.gov.br/>.

Sanahuja, José Antonio (2008), “¿Un mundo unipolar, multipolar, o apolar? El poder estructural y las transformaciones de la sociedad internacional contemporánea”, *Cursos de derecho internacional de Vitoria-Gasteiz 2008*, Universidad País Vasco, Bilbao, pp. 11-54.

Schünemann, Julia (2009), *Una aproximación socialconstructivista a la cooperación interregional y el interregionalismo: las relaciones entre la Unión Europea y el Mercosur*, Tesis de Doctorado, Universidad Complutense de Madrid (UCM), Madrid.

The Wall Street Journal, Bruce Gilley, *Look to Brasilia, not Beijing*, 7 de Abril de 2009. Disponível em: <http://online.wsj.com/article/SB123912571625797593.html>.